



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Maria Eugênia Schauff Bueno de Moraes

As Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais: A produção Teórica do Serviço Social no Seminário Nacional Serviço Social, Trabalho e Política Social

Florianópolis
2023

Maria Eugênia Schauff Bueno de Moraes

As Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais: A produção Teórica do Serviço Social no Seminário Nacional Serviço Social, Trabalho e Política Social

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Fabiana Luiza Negri

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schauff Bueno de Moraes, Maria Eugênia
As Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais : A
produção Teórica do Serviço Social no Seminário Nacional
Serviço Social, Trabalho e Política Social / Maria Eugênia
Schauff Bueno de Moraes ; orientadora, Fabiana Luiza
Negri, 2023.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,
2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Serviço Social. 3. Condições de
trabalho dos assistentes sociais. 4. Precarização do
trabalho. I. Luiza Negri, Fabiana . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III.
Título.

Maria Eugênia Schauff Bueno de Moraes

As Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais: A Produção Teórica do Serviço Social no Seminário Nacional Serviço Social, Trabalho e Política Social

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social
Florianópolis, 27 de junho de 2023.



Documento assinado digitalmente
Heloisa Teles
Data: 27/06/2023 16:32:52-0300
CPF: ***.314.250-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente
Fabiana Luiza Negri
Data: 27/06/2023 16:18:05-0300
CPF: ***.018.999-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Fabiana Luiza Negri, Dr.(a)
Orientador(a)



Documento assinado digitalmente
Heloisa Teles
Data: 27/06/2023 16:33:06-0300
CPF: ***.314.250-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Heloísa Teles, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
LORENA VIEIRA VIDAL DO NASCIMENTO
Data: 28/06/2023 10:02:29-0300
CPF: ***.268.579-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Lorena Vieira Vidal do Nascimento
Instituição Creas Ilha

Florianópolis, 2023

Dedico esse trabalho ao meu pai (in memoriam), pessoa a qual as questões sociais da vida tiraram-lhe a oportunidade de uma graduação, mas também cuja genialidade artística não necessitava de um diploma. Me ensinaste muitas coisas, mas ao contrário do seu ceticismo ateu, acredito eu que estejas me vendo realizar um sonho nosso de onde quer que estejas. Te amo pra sempre.

AGRADECIMENTOS

O meu processo de graduação iniciou-se em 2011, na Universidade Estadual de Londrina, desde então esse se fez atravessado por dificuldades que ocasionaram na interrupção do processo. Tive o privilégio de continuá-lo na Universidade Federal de Santa Catarina, porém, os desafios também se fizeram presentes nesse espaço, no entanto, chego ao fim com sentimento de pura gratidão e vontade de continuar a formação, com sede de conhecimento. Portanto, agradeço a todos que estiveram presentes em minha vida durante esses longos anos de formação e construção do saber, e a Ilha de Santa Catarina, que me permitiu um caminho repleto de boas oportunidades e ensinamentos.

Em especial, agradeço aos meus pais, William Amador Bueno de Moraes (in memoriam) e Karin Beatriz Botelho Schauff, a graduação é um sonho que conquistarei por eles, que diante das condições da vida, foram privados de fazê-lo. Minha amada, mãe, agradeço pela sua doçura e firmeza, por todo seu apoio e carinho, pelas suas sábias palavras, por todos os momentos em que me ofereceu seu amor pleno, estando presente mesmo que de longe, fazendo parte da minha vida diariamente, me inspirando e apoiando com suas sábias palavras. Meu papai, você foi o melhor que pode ser, e eu te agradeço por isso, apesar de não ter deixado nenhum bem material, me deu a maior herança que eu poderia receber, o amor incondicional, o orgulho que você tinha de mim, e a sua maneira de me criar, que me fez forte, resistente, independente e humilde, isso não tem preço, e esses valores são inestimáveis. Eu amo vocês mais que tudo, infinitamente.

Aos meus irmãos, Leonardo, William, Julia, Alice e em especial a Maria Letícia, que sempre esteve disposta a me ouvir e incentivar, me motivando quando eu achava que não conseguiria.

Ao Marcelo, por mais que estejamos separados, foi e é um grande amor na minha vida, juntos crescemos, evoluímos e amadurecemos, construímos uma bela história, passamos por altos e baixos e juntos nos tornamos pessoas melhores.

Aos meus amigos, principalmente a Nathiely, que compartilhou comigo muitos momentos de angústia porém sempre oferecendo uma a outra consideração, carinho e consolo mútuos, a Rafaela, que desde o início me incentivou a voltar a estudar e esteve comigo nos altos e baixos da vida, a Monique, que surgiu como

uma luz no meu caminho, uma deusa, uma mestra, me guiando e fortalecendo e compartilhando comigo a sua plenitude.

À querida Profa. Dra. Fabiana Luiza Negri, que foi minha supervisora acadêmica de estágio e agora orientadora, que me dizia para eu acreditar em mim mesma, se fazendo presente para me guiar e auxiliar, sempre com muito carinho e paciência. Que pessoa e profissional incrível!

Às coordenadoras do curso de graduação em Serviço Social que passaram durante meu trajeto, Profa. Dra. Dilceane Carraro, Profa. Dra. Andréa Fuchs e Profa. Dra. Heloísa Teles, sempre solícitas para orientar-me durante o processo de formação.

À Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE), que diante das dificuldades financeiras se fez presente e garantiu minha permanência para a conclusão da graduação, que outrora havia sido interrompida por essas questões.

A toda equipe do PAEFI/Creas Ilha, que me acolheram e me proporcionaram uma rica experiência de estágio, principalmente, minha supervisora de campo, Lorena, que sempre esteve disposta a compartilhar conhecimentos e também construir um vínculo significativo entre nós, sendo presente e atenciosa com questões que iam além do campo de estágio. Não só é uma pessoa admirável no quesito humanidade, como também uma profissional excelente, com quem aprendi muito e carrego profunda gratidão e admiração.

A todos os meus professores e colegas, tanto da Universidade Estadual de Londrina, quanto da Universidade Federal de Santa Catarina, esse acúmulo de trocas aprimorou as experiências de relações sociais.

À minha psicóloga, Dayane, personagem indispensável no meu processo de autoconhecimento e harmonização a fim de equilibrar a saúde mental nos momentos desafiadores.

A toda a espiritualidade, meus guias e protetores, a quem recorria nos momentos de tristeza, cansaço ou angústia e a quem agradeço pelas conquistas e bênçãos recebidas.

Por fim, relembro aquela Maria Eugênia que iniciou o curso há mais de dez anos, cheia de esperanças e que hoje orgulho-me em dizer que resisti e recomecei, chego aqui com a sensação de dever cumprido e vontade de continuar lutando!

“O otimista é um tolo. O pessimista, um chato. Bom mesmo é ser um realista
esperançoso.”

Ariano Suassuna

RESUMO

O presente trabalho visa discutir as condições de trabalho dos assistentes sociais e os impactos da reestruturação do mundo do trabalho sob a égide do capitalismo monopolista financeiro de tendência neoliberalista no contexto brasileiro e como isso ressoa no fazer profissional. O estudo é feito através de pesquisa bibliográfica e teórica utilizando como referencial as produções do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, realizado entre 2015 e 2022, contendo quatro edições e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Para tanto, a pesquisa de cunho exploratório elencou as categorias: condições de trabalho, atuação profissional, precarização do trabalho, autonomia relativa e desafios para o projeto ético político. Constata-se que, as categorias se articulam entre si e que a precarização do trabalho diante do modo de produção vigente se encontra ressonante de Norte a Sul do país, em todos os espaços sócio-ocupacionais onde atuam os assistentes sociais, necessitando de engajamento, articulação e fortalecimento da categoria para a defesa dos seus direitos e da classe trabalhadora em geral.

Palavras-chave: Condições de trabalho; Precarização do trabalho; Serviço Social.

ABSTRACT

This academic work will discuss the working conditions of social workers as well as the impacts of the working world restructuring under the aegis of finance monopoly capitalism with its neoliberal tendency in the Brazilian context, and how that resonates in professional practice. This study was done through bibliographical and theoretical research using as a reference the productions of the National Seminar on Social Work, Labor and Social Policy, held between 2015 and 2022, with four editions and organized by the Graduate Program in Social Work and the Department of Social Work at the Federal University of Santa Catarina. For this purpose, this exploratory research listed the following categories: working conditions, professional performance, precarious work, relative autonomy and challenges for the Brazilian social work ethical-political project. It verifies that the categories articulate with each other and that the work precarization in front of the current mode of production is resounding from North to South of the country, in all socio-occupational spaces where social workers work, requiring engagement, articulation and strengthening of the professional category for the defense of its rights as well as of the working class's in general.

Keywords: Working conditions; Work precarization; Social Work.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Quantidade de Artigos Produzidos sobre a Temática Pesquisada nas Edições do SENASS	32
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGSS	Curso de Graduação em Serviço Social
DSS	Departamento de Serviço Social
LA	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MPC	Modo de Produção Capitalista
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGSS	Programa de Pós Graduação em Serviço Social
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviço a Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SENASS	Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social
SEPREDI	Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
SUAS	Sistema único de Assistência Social
TNSS	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais
TICS	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A CRISE DO CAPITAL E O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....	21
3 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E A PRODUÇÃO TEÓRICA NO SENASS.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45
Apêndice A – Incidência do uso das categorias.....	48
Apêndice B — Categorias encontradas por títulos.....	49

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de pesquisa as condições de trabalho dos assistentes sociais dentro dos espaços sócio ocupacionais de atuação profissional. A pesquisa que norteou o presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo identificar na produção teórica do Seminário Nacional Serviço Social, Trabalho e Política Social (SENASS) as formulações e/ou elaborações que indiquem e/ou reflitam sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade.

O tema proposto em questão foi pensado durante a vivência enquanto estagiária do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), especificamente no serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), onde durante os estágios supervisionados obrigatórios I, II e III dentro do campo por trinta horas semanais, foi possível observar as condições de trabalho que estão sujeitos os profissionais de Serviço Social e demais trabalhadores da instituição.

Para contextualizar a experiência que instigou essa pesquisa, apresenta-se um panorama breve da instituição, contendo a caracterização geral da organização institucional e inserindo o Serviço Social dentro desse contexto institucional, apontando os fatores observados que levaram a reflexão sobre o fazer profissional diante da atual conjuntura de precarização do trabalho.

A concedente do estágio foi a Prefeitura Municipal de Florianópolis, na área da política de Assistência Social, sob a gestão direta da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

A SEMAS vincula-se ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem seus serviços e equipamentos pautados na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

O CREAS, configura um equipamento do SUAS e integra a Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis. O campo mencionado foi o CREAS Ilha, que se situa na área insular de Florianópolis e abrange todos os bairros dessa região da Grande Florianópolis. Localizado na região central da ilha de Florianópolis, na Rua Rui Barbosa, no bairro Agrônômica. Visto que o CREAS Ilha é uma unidade de referência do SUAS, tem sua natureza público estatal configurada.

O SUAS está organizado em dois níveis de proteção social que são: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), a PSE é dividida em Média Complexidade e Alta Complexidade.

A experiência do estágio foi diretamente desenvolvida no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS), faz parte da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Dentro do CREAS estão presentes outros serviços ligados a PSE de Média Complexidade como o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – SEPREDI, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e o de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), “são considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos” (PNAS, 2004, p. 38)

Portanto, o serviço PAEFI deve ser obrigatoriamente ofertado pelo CREAS e atuar como referência na proteção social de média complexidade na oferta de trabalho social às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco social e/ou pessoal causado por situações, onde seus direitos foram ameaçados ou violados e exigem intervenções especializadas dentro da esfera do SUAS.

O quadro de trabalhadores do PAEFI Ilha conta com equipe técnica formada de profissionais de referência qualificados com ensino superior, formadas por assistentes sociais e psicólogos, e profissionais qualificados com no mínimo ensino médio concluído, como técnicos administrativos, motorista e educador social, os profissionais de serviços gerais são terceirizados.

A equipe técnica do PAEFI no período de 2021 a 2022 era composta por: uma técnica de referência¹ (assistente social), onze assistentes sociais, duas estagiárias de Serviço Social, treze psicólogos e duas técnicas administrativas.

Segundo o documento de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, deveria haver um advogado inserido

¹ A técnica de referência é uma profissional que oferece suporte em estudos de casos e elaborações de documentos às equipes técnicas compostas majoritariamente de duplas formadas por assistentes sociais e psicólogos(as).

nos recursos humanos da instituição (MDS, 2011, p.94), porém ambos os CREAS (Ilha e Continente) não contam com esse profissional em suas equipes.

A política de Assistência Social que abrange a instituição visa prestar orientação, apoio e atendimento especializado e continuado de assistência social a indivíduos e suas famílias que estejam em situação de direitos violados ou ameaçados, porém sem vínculos rompidos, como já explicitado.

O trabalho no CREAS engloba as demais políticas setoriais ao desenvolver articulação com a rede de atendimento para realizar a investigação social e se aproximar da realidade concreta para buscar soluções e viabilizar direitos consoante as necessidades do seu público atendido, buscando condições para atender as contingências olhando para os serviços, programas, projetos e benefícios inclusos na proteção social básica e especial para famílias e indivíduos que demandem de acesso aos seus direitos não acessados, violados ou restringidos.

No caso do PAEFI, geralmente são situações centradas nas violências e violações de direitos, das quais são vítimas crianças e adolescentes e as demandas encaminhadas ao serviço são provenientes da Vara da Infância e da Juventude, Vara da Família e Conselhos Tutelares, particularmente de Florianópolis. Também podem ser recebidos encaminhamentos de outros CREAS quando as famílias acompanhadas se mudam para o município.

Os assistentes sociais na instituição trabalham de segunda a sexta-feira, somando 30 horas semanais, em turno matutino ou vespertino. No contato com os profissionais observou-se que muitos têm uma segunda ocupação laboral para complementar a renda.

O Serviço Social no contexto institucional visa a universalização dos direitos sociais, tendo as expressões da questão social como seu objeto de trabalho e considera as desigualdades socioterritoriais para atuar no seu enfrentamento e garantia de respostas que possam promover a proteção social.

O trabalho do assistente social articulado com a psicologia faz a mediação do conhecimento ao atender as demandas que chegam por vias institucionais, analisando caso a caso para promover reflexões, orientações e encaminhamentos que se mostrem necessários de acordo com a singularidade e objetividade de cada atendimento.

No serviço PAEFI as denúncias de violências sofridas pelas crianças e adolescentes, assim como pelas famílias e indivíduos, são o ponto de partida da

nos recursos humanos da instituição (MDS, 2011, p.94), porém ambos os CREAS (Ilha e Continente) não contam com esse profissional em suas equipes.

A política de Assistência Social que abrange a instituição visa prestar orientação, apoio e atendimento especializado e continuado de assistência social a indivíduos e suas famílias que estejam em situação de direitos violados ou ameaçados, porém sem vínculos rompidos, como já explicitado.

O trabalho no CREAS engloba as demais políticas setoriais ao desenvolver articulação com a rede de atendimento para realizar a investigação social e se aproximar da realidade concreta para buscar soluções e viabilizar direitos consoante as necessidades do seu público atendido, buscando condições para atender as contingências olhando para os serviços, programas, projetos e benefícios inclusos na proteção social básica e especial para famílias e indivíduos que demandem de acesso aos seus direitos não acessados, violados ou restringidos.

No caso do PAEFI, geralmente são situações centradas nas violências e violações de direitos, das quais são vítimas crianças e adolescentes e as demandas encaminhadas ao serviço são provenientes da Vara da Infância e da Juventude, Vara da Família e Conselhos Tutelares, particularmente de Florianópolis. Também podem ser recebidos encaminhamentos de outros CREAS quando as famílias acompanhadas se mudam para o município.

Os assistentes sociais na instituição trabalham de segunda a sexta-feira, somando 30 horas semanais, em turno matutino ou vespertino. No contato com os profissionais observou-se que muitos têm uma segunda ocupação laboral para complementar a renda.

O Serviço Social no contexto institucional visa a universalização dos direitos sociais, tendo as expressões da questão social como seu objeto de trabalho e considera as desigualdades socioterritoriais para atuar no seu enfrentamento e garantia de respostas que possam promover a proteção social.

O trabalho do assistente social articulado com a psicologia faz a mediação do conhecimento ao atender as demandas que chegam por vias institucionais, analisando caso a caso para promover reflexões, orientações e encaminhamentos que se mostrem necessários de acordo com a singularidade e objetividade de cada atendimento.

No serviço PAEFI as denúncias de violências sofridas pelas crianças e adolescentes, assim como pelas famílias e indivíduos, são o ponto de partida da

atuação profissional, a partir do acompanhamento familiar e/ou individual, surgem novas demandas que são identificadas no decorrer do processo de trabalho, como vulnerabilidade social, dificuldade de acesso às políticas públicas, trabalho infantil, violência institucional, etc. Portanto, cada caso abrange um leque de complexas e diversificadas demandas.

Durante o estágio, por meio da observação, constatou-se que o CREAS Ilha fazia o atendimento psicossocial de 450 famílias, distribuídas entre as equipes técnicas, cada equipe era composta por uma assistente social e uma psicóloga que acompanhavam 30 famílias, o que representava um número insuficiente de profissionais em relação à demanda. Como resultado imediato desta situação de precarização ocorria a chamada “demanda reprimida”, trata-se de uma lista de espera de pessoas a serem atendidas. Além disso, se configurava a sobrecarga de demanda para cada equipe técnica, ocasionando em esgotamento profissional e prejudicando a qualidade de atendimento às famílias usuárias.

Devido a este cenário, existia uma pressão da gerência de Média Complexidade para encerramento rápido do acompanhamento psicossocial, pois a existência da lista de espera para acompanhamento ocasionava um alto fluxo de demandas, muitas vezes as famílias entravam em acompanhamento muito tempo após a denúncia da violação de direitos, o que atrapalhava a dinâmica de organização e efetividade no trabalho psicossocial.

Ainda no campo da precarização destaca-se a burocratização do acesso, que também implica na qualidade dos serviços prestados, pois os benefícios têm regras e muitas vezes, as famílias, por uma discrepância mínima de renda, não conseguiam acessar os serviços, programas e benefícios, descaracterizando a lógica da universalização dos direitos.

Outra característica, que sinaliza a precarização do trabalho é a fragilidade da proteção social básica, visto as dificuldades devido a alta demanda, fazem com que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF no município, não consiga realizar um trabalho preventivo para que se evite que as situações cheguem até a rede de proteção da média complexidade.

Quanto às questões de recursos materiais e infraestrutura, cabe ressaltar que são precárias as condições tanto para os profissionais quanto para os usuários. Destacam-se os problemas de infraestrutura e falta de recursos humanos, os quais se constata pela falta de manutenção no prédio, pela ausência de identificação do

espaço, pela ausência de vigia e /ou porteiros para a orientação dos usuários, assim como no equipamento que comporta vários serviços e não conta com uma recepção.

Ressalta-se que o acesso ao serviço PAEFI, que fica no segundo andar, se dá somente por escadas, o que dificulta a acessibilidade das pessoas com dificuldade de locomoção, nesse caso, os atendimentos psicossociais com usuários são feitos na biblioteca do térreo.

O serviço conta com duas salas de atendimento individual que garantem o sigilo, conforme estabelecido na Resolução CFESS 493/2006, uma maior para atendimentos familiares e outra menor para atendimentos individuais, porém o ar-condicionado das salas não funciona desde antes da pandemia, o que prejudica o atendimento e a atenção quando faz calor. Outra constatação é que não há computadores com acesso à internet nas salas de atendimento reservadas, precisando deslocar-se para outras salas quando durante o atendimento mostra-se necessário imprimir algum documento para os usuários.

São duas salas onde se dividem as equipes técnicas do PAEFI, o número elevado de profissionais na mesma sala por vezes prejudica pelo barulho e falta de privacidade, ainda que às vezes ocorram trocas construtivas de informações e conhecimentos entre os técnicos de referência.

Como os temas dos atendimentos eram sensíveis e delicados, os profissionais arcavam com os custos de lenços descartáveis para levar aos atendimentos e oferecer aos usuários em caso de emoção. Por muitas vezes os profissionais ficam impedidos de realizar visitas domiciliares ou busca ativa devido a falta de gasolina, ou falta de disponibilidade de um único carro que servia a todas as equipes do CREAS, desse modo era necessário organizar uma “escala” de uso do veículo.

Havia apenas um aparelho celular com WhatsApp disponível para realizar contato com os usuários, para todos os serviços dos CREAS, mais de 30 técnicos dividem o mesmo aparelho, e também é organizada uma “escala” de uso do celular. Em 2021, tinham apenas quatro computadores para uso do PAEFI, não tinha Wi-Fi disponível e os poucos computadores eram “disputados” pelos profissionais. Em 2022, o serviço ganhou cerca de dez computadores, foi uma das melhoras mais significativas em questão de infraestrutura.

A internet é instável e prejudica o trabalho, por vezes foram determinadas escalas de “teletrabalho” devido à falta de internet no serviço, tendo que os

profissionais então trabalharemos de suas casas, utilizando-se de recursos próprios para equipamentos, internet e gasto de energia.

Durante as atividades desenvolvidas no estágio supervisionado obrigatório foi possível perceber as contradições que se inserem no cotidiano profissional e institucional e observar as correlações de força, que muitas vezes demandam exercícios de negociação e intervenção para que se possa cumprir com os referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão, sendo necessário investigar a realidade de maneira crítica, buscando uma forma de mediação a partir da ótica dos pressupostos teóricos para lidar com as demandas e/ou fenômenos que se apresentam no decorrer do agir profissional.

As contradições identificadas no contexto institucional se inserem dentro da lógica do Estado capitalista burguês, onde os conflitos de interesses de classes esbarram nas instituições, que sob esse viés, torna-se um espaço de controle da classe trabalhadora.

Tais contradições são reveladas durante o exercício profissional, impactando na autonomia dos profissionais, a qual segundo Yamamoto (2008) será sempre relativa, assim como na perspectiva de cumprir com o seu projeto ético-político de maneira plena. Isso fica evidente quando decisões são tomadas na SEMAS e repassadas à instituição sem que houvesse diálogo ou uma tomada de decisão em conjunto antes, ou quando existem dificuldades de relação com o conselho tutelar, saúde, educação pela fragilidade dessas redes. A precarização do trabalho e seus impactos fica igualmente caracterizada pela falta de articulação entre a atenção básica e a de média complexidade, falta de profissionais na área de saúde mental e outras especialidades, acesso à psicoterapia, ou ausência de vagas em escolas.

Torna-se desafiador atuar na prevenção das violências quando é recorrente a falta de acesso às políticas públicas básicas.

A crise atual do capital, especificamente no contexto brasileiro, que tem suas particularidades acentuadas pela ingerência política dos interesses dos governos municipal, estadual e federal, de sucateamento e desmonte das políticas públicas, agravados pela pandemia e pelas contrarreformas, se configura um contexto sociopolítico que vem piorando ainda mais o cenário de precarização das condições de vida e de trabalho dos assistentes sociais, dos trabalhadores em geral e dos usuários dos serviços da rede socioassistencial.

Analisando essa atual conjuntura brasileira, e entendendo o Brasil como um país de capitalismo dependente fundado sobre bases coloniais escravocratas, onde os direitos dos trabalhadores nunca estiveram na ordem do dia, é fundamental identificar a instituição como o palco da luta de classes, analisando de modo histórico e estrutural e entendendo as contradições que ali se põe.

A instituição pública dentro do estado capitalista burguês atua de maneira coercitiva no controle social e ideológico, isso é identificado com a própria gerência da média complexidade, nas suas reuniões trimestrais com as equipes técnicas do PAEFI, quando esta não demonstra interesse em defender as manifestações coletivas trazidas pelos profissionais, e se mantém fechada para diálogos, mostrando como se dá a hierarquização institucional.

Assim como quando há pressão por parte da SEMAS para rápido desligamento de casos, parar “girar o fluxo de atendimento”, cabendo aos profissionais utilizar-se de sua autonomia relativa para não ceder às pressões institucionais, e entendendo que ainda há trabalho a ser feito com os usuários, os acompanhamentos se estendem pelo tempo que se entender necessário, porém mediante capacidade argumentativa e de negociação dos profissionais.

Vivenciar essa realidade precarizada do trabalho profissional, com esses fatores nos instigaram a pesquisar como as condições de trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade e as implicações da precarização no fazer profissional estão sendo pensadas e discutidas no âmbito do Serviço Social.

A pesquisa tem por objetivo conhecer e entender a realidade a partir de aproximações sucessivas, essa deve orientar-se pelo método crítico dialético, de modo que os elementos que compõe a realidade se apresentem no decorrer do estudo do objeto da pesquisa a ser desenvolvida, no caso aqui as condições de trabalho dos assistentes sociais. Sabe-se que, não há como definir a realidade de maneira plena e absoluta, pois essa é um “composto de extremas complexidades das totalidades constitutivas da totalidade social”. (PONTES, 2014, pg. 49)

Sendo assim, com o olhar voltado para a teoria social crítica, tendo em vista o descrito em que as aproximações sucessivas com a realidade perpassam esse campo de atuação, envolto por totalidades complexas, analisar as condições de trabalho dos assistentes sociais, compreendendo a conjuntura enfrentada no contexto de crise sistêmica e estrutural do capital, refletindo nas instituições, nas

políticas públicas e na vida das pessoas, não descolando os assistentes sociais dos demais trabalhadores assalariados.

Para tanto, a abordagem da pesquisa foi qualitativa, o que, segundo (MINAYO, 2007) expõe uma realidade que não é visível, precisando ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisados.

Trata-se de um estudo com metodologia da pesquisa bibliográfica qualitativa, em que foram analisadas as produções dos Seminários Nacionais de Serviço Social, Trabalho e Política Social (SENASS) da edição I a IV que são organizados pelo Departamento de Serviço Social (DSS), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e Curso de Graduação em Serviço Social (CGSS) da UFSC, do que resultou nos quadros “Incidência do Uso das Categorias” e “Categorias Encontradas por títulos”, conforme Apêndice A e B.

Para a identificação e seleção dos artigos definiram-se as seguintes categorias de análise: condições de trabalho, precarização do trabalho, atuação profissional, autonomia relativa e desafios para o projeto ético-político.

Definidas as categorias, realizou-se a leitura dos títulos, palavras-chaves e resumos do montante de 649 (seiscentos e quarenta e nove) artigos divididos nas quatro edições dos SENASS. À medida em que iam sendo identificados os artigos relacionados às categorias, foram anotados seus títulos, autores e palavras-chave e salvos, separando-os por edição/ano. Foram pré-selecionados 60 (sessenta) artigos, e então foi realizada a leitura dos conteúdos. Após passar pelo filtro da leitura dos corpos dos textos, 16 (dezesesseis) deles foram excluídos por não se enquadrarem nas categorias propostas, resultando num total de 44 (quarenta e quatro) para análise e pesquisa.

Os procedimentos técnicos serão de pesquisa teórica de cunho exploratório com análise de conteúdo a partir da seleção dos artigos.

O trabalho de conclusão ora apresentado é composto por esta introdução que se refere a primeira seção, e mais duas seções, uma que trata da crise do capital e o trabalho, com uma análise de conjuntura na contemporaneidade, e outra que apresenta reflexões sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais expostas nas produções teóricas do SENASS. Por fim, finaliza-se o trabalho de conclusão de curso com as considerações finais.

2 A CRISE DO CAPITAL E O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Capital e trabalho constituem o fundamento estrutural das principais classes no modo de produção capitalista (MPC), pois o trabalho, ou seja, a capacidade humana de projetar, mediar e concretizar, é o que diferencia a nossa espécie de outros animais, sendo fator fundante do ser social a criação do novo para satisfazer as necessidades humanas. A grandiosidade do trabalho, na dimensão histórica como forma de explicar a trajetória do ser social e como categoria na dimensão ontológica da construção do ser social que determina o avanço em relação às realizações humanas. Portanto, o trabalho encontra-se na centralidade da formação do ser social e como constituição fundante das relações produtivas do MPC.

Assim, o capital, quando visto fora das lentes do senso comum, consiste numa relação social e determinação econômico-política, onde submete a força de trabalho a uma determinada valorização, ou seja, a extração da “mais-valia”, que se constitui no processo de exploração. De maneira geral, é no antagonismo das duas classes sociais constituintes do MPC, a que detêm os meios de produção (capitalistas) e a que vende sua força de trabalho (proletariado), da qual se extrai o lucro, ambas são fatores determinante para a existência do sistema, portanto igualmente indissociáveis neste modo de produção.

Então, nessa relação capital-trabalho que norteia a sociabilidade humana, e na indissolubilidade que classifica as classes antagônicas, onde a riqueza só pode existir se houver, por outro lado, a pobreza, o MPC captura o sentido do trabalho e o transmuta em produto motor de sua própria manutenção.

Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias, objetivando a valorização do capital. Desfigurado em seu sentido primeiro, de criação de coisas úteis, o trabalho se torna meio, e não “primeira necessidade” de realização humana. (ANTUNES, 2005, p. 68).

Assim, o trabalho é a produção de objetos, criador de valores, materializado numa mercadoria, que contém a atividade prático-concreta do homem, ou seja, o homem é um ser que cria, pois tem a capacidade de planejar e transformar, criando valores-de-uso, e a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado e fetichizado, valorizando o próprio capital.

Nesse sentido, Marx e Engels (2002) tratam a ideologia segundo sua importante função na configuração da sociedade capitalista burguesa, visto que tem seu papel voltado para a dominação e conservação da sociedade de classes e na reprodução social pautada nas classes, bem como na busca pelo controle de suas lutas, com o intuito de encobrir o caráter contraditório do MPC, desse modo mistificando o sentido das relações estabelecidas nessa sociedade. As diferentes ideologias², como, por exemplo, a burguesa, a proletária, a religiosa, a conservadora ou revolucionária se contrapõe e se enfrentam, porém, a burguesia, para se perpetuar como classe hegemônica, usa de sua força como dominante nas esferas do mercado e do Estado para legitimar a ordem vigente e trazer a exploração e a desigualdade como fatores naturais e imutáveis, utilizando de seu domínio e poder monetário para controlar as esferas estatais, institucionais, políticas e culturais. Para alcançar seus objetivos utiliza-se dos meios de comunicação e todos os âmbitos que regem a vida em sociedade, fazendo com que a sua visão de mundo, seus valores, seus interesses e seu modo de vida predominem e passem a ser aceitos por todos, universalizando para adaptar os dominados e oprimidos à ordem vigente. Procura naturalizar e ocultar a realidade social ao tornar os processos sociais como coisas naturais e incompreensíveis aos sujeitos, que utiliza de seu poder para segmentar e produzir um conhecimento acrítico, incapaz de explicar os fundamentos da sociedade capitalista, para assim, preservar a desigualdade, a exploração, legitimando a dominação da classe burguesa.

As classes sociais se constituem em um fenômeno histórico com particularidades e heterogeneidades específicas devido às singularidades dos sujeitos, portanto, a classe trabalhadora, sendo heterogênea, sofre com as desigualdades no interior de sua própria configuração de classe oprimida, sendo as questões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, algo que aprofunda o processo de exploração no MPC, que contém em si o antagonismo classista e a divisão social do trabalho, ou seja, a produção e reprodução da vida real, determinada pelas

² Para melhor compreender o conceito de Ideologia, nos apoiamos em Antonio Gramsci que a define a partir da *Crítica da Economia Política de Marx*, como: visão ou concepção de mundo, como as classes sociais entendem as relações da estrutura e superestrutura, são as ideologias que organizam as massas. A ideologia identifica um grupo ou camada social. Ao termo ideologia deve-se dar o “significado de uma concepção do mundo, que se manifesta na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 2011p. 99).

relações sociais, possuem divisões que trazem amplitude ao debate no interior de uma mesma classe.

Portanto, é importante lembrar que é necessário considerar a diversidade dentro da classe trabalhadora para conseguir de fato buscar o enfrentamento, sob a luta classista, para pôr fim às desigualdades.

Para Lukács (2012) o cotidiano é um produto histórico e constitui um campo de construção histórica, um campo onde há a disputa entre a alienação e desalienação, que sob a ordem do capital, torna a cotidianidade em um espaço de alienação, dessa forma, é necessário compreender o cenário, identificar o acontecimento ou o fato, achar os sujeitos e atores, entender a relação de forças para realizar a articulação entre estrutura e conjuntura, olhando para a realidade de maneira crítica a fim de desvendar o que pode estar oculto e naturalizado dentro do cotidiano.

Desse modo, as relações econômicas são fundantes do ser social (materialismo histórico), e o trabalho, como a principal mediação entre o homem e a natureza e o homem e a própria sociedade, enquanto atividade produtiva, configura-se na chave que mantém, produz e reproduz as condições dentro do modo de produção vigente, ou seja, capital e trabalho permeiam e norteiam tudo que rege a vida em sociedade.

Na era do capitalismo monopolista, em que grandes empresas dominam o mercado econômico, exercendo controle pela oferta e demanda e limitando a concorrência, a busca por lucro é fundamento incontestável da configuração desse sistema, então na busca de maximizar seus rendimentos através da fixação de preços altos e da redução de custos, utiliza-se da exploração da mão de obra advinda do trabalho e dos recursos naturais, impactando negativamente na relação com os direitos trabalhistas e de esgotamento ambiental, abrangendo toda a população.

Após o século XX, com o esgotamento dos “anos dourados” do capitalismo e queda do “Bem Estar Social (Welfare State), as crescentes e cíclicas crises do MPC impactaram o mundo do trabalho e das relações sociais, foram se substituindo as organizações nos padrões fordista/taylorista/keynesianista pela flexibilização do toyotismo.

Os modelos taylorista e fordista tinham como objetivo aumentar a produtividade, seja pela produção em série (fordismo) ou no aprimoramento do uso

do tempo e do movimento do trabalho humano (taylorismo) ampliando o controle do capitalista sobre o processo de produção, reduzindo o desperdício e acelerando o ritmo de produção. O taylorismo tem como meta criar, pelo disciplinamento, um trabalhador produtivo e consumidor, garantindo o consumo de massa de que necessita a indústria (NEGRI, 2011).

Na década de 1970, com a ampliação da mundialização do capital, emerge a denominada “acumulação flexível” deflagrada pelo modelo toyotista, que conforme Antunes (2006, p. 24) surgem a partir de,

[...] novos processos de trabalho, em que o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação à lógica do mercado.

O modelo de produção toyotista, pautado na reestruturação produtiva, propõe a intensificação do trabalho e a ampliação da produtividade, a partir da flexibilização do processo de trabalho, dos contratos e destruindo direitos. “O mundo do trabalho passou a ser transformado a partir das novas tecnologias adotadas e especialmente diante das concepções do processo de produção que se transformaram para garantir a produtividade e a lucratividade do capital” (NEGRI, 2011, p. 39).

A crise dos anos 1970 trouxe como resposta a reação neoliberal nos anos 1980 para os países centrais e em 1990 para a periferia na qual se encontra a América Latina, nessa direção a tomada da vertente neoliberalista do MPC e sua crítica ao “Estado generoso”, promovem profundas transformações no mundo do trabalho, onde o MPC necessita de novas estratégias para assegurar a extração de lucro, o trabalho pleno e com direitos assegurados são considerados um obstáculo ao capital. Sob as condições objetivas e subjetivas projetadas no horizonte neoliberal, o estado reduzido para o social torna-se a forma política vigente.

Para os neoliberais, “os responsáveis” por essa nova crise foram a ampliação dos direitos sociais, das políticas sociais, dos direitos relacionados ao trabalho, conquistados pela classe trabalhadora no período usualmente conhecido como “30 anos gloriosos”, ou “anos de ouro do capitalismo”. (BOSCHETTI, 2010, p. 69).

No capitalismo contemporâneo financeirizado, o capital portador de juros se localiza no centro das relações econômicas e sociais, a crise consolidada pela queda da taxa de lucro captura o Estado para efetivar a consolidação do projeto neoliberal e promover um Estado reduzido para o social onde seu papel é voltado para atender aos interesses do mercado financeiro. Aloca-se o fundo público nos

processos de metamorfose do capital e coloca-o como papel estruturante para gerenciamento da crise. Nas palavras de Salvador:

A crise econômica se instala novamente pelo mundo, ocorrendo uma redução na produção mundial e agravando a crise do capital, trazendo o desemprego em massa e afetando a vida de milhares de trabalhadores. Novamente, o Estado, por meio do fundo público, comparece no socorro do grande capital, especialmente das instituições financeiras. (SALVADOR, 2010, p. 36).

Esse receituário de regressão do Estado é apresentado pelas contrarreformas e minimização das políticas sociais e tem características de privatizações, militarização, redução de gastos e manutenção do Estado mínimo, com políticas sociais focalizadas e desmonte da seguridade social.

Importante lembrar, que a condição sócio-histórica do Brasil, como um capitalismo periférico e dependente, forjado sobre um longo período escravocrata, de herança colonial, faz com que nunca tenhamos gozado de um sistema de bem-estar social pleno, em momento algum da nossa história tivemos condições de trabalho protegido de maneira universal e efetiva, de modo que os efeitos contemporâneos da crise do capital sejam ainda mais nefastos. A precarização aparece como forma histórica de objetivar a exploração do trabalho e as condições e relações de trabalho são determinadas pelas novas exigências do capital.

Assim sendo, o governo brasileiro conduziu uma agenda de contrarreformas e degradação das conquistas da Constituição Federal de 1988, pautado na lógica que beneficia o sistema burguês, desta forma os direitos trabalhistas caminham para o retrocesso, refletindo no aumento do desemprego, da informalidade e do pauperismo entre os trabalhadores.

Na relação entre Estado e sociedade civil, diante dessa configuração de emergência do Estado mínimo para o social, onde o indivíduo e a família passam a ser os protagonistas da sua “inclusão social”, o Estado é responsável apenas pelas provisões mínimas de existência, ou seja, incentiva-se o protagonismo da sociedade civil na defesa e garantia de seus interesses, o Estado atua como um mediador e gerenciador da pobreza.

Gera-se um processo ideológico de individualidade e meritocracia, sobe-se o tom da coerção na relação com os trabalhadores, utilizando de mecanismos de repressão e autoritarismo para reprimir e calar as lutas políticas, enfraquecendo coletivos de trabalho e colocando sindicatos a serviço dos interesses empresariais, portanto, a racionalidade desse processo captura a autonomia dos sujeitos.

As políticas públicas se instituem de forma a garantir os interesses estatais das elites, da classe dominante, ainda que elas também emergem a partir da luta da classe trabalhadora. No entanto, o orçamento público capturado pela burguesia tende a produzir lucro, ideia de que o cidadão deve se “emancipar” baseado na ideologia conservadora e positivista.

O que se observa no contexto contemporâneo é a mercantilização das políticas, diante do domínio hegemônico do capital financeiro, a proteção social se torna produto do mercado e a seguridade social é vítima da especulação financeira.

Então, as políticas sociais e o excedente econômico, dentro das contradições do processo de acumulação do capital, conectam a política associada à extração de valor, vinculando-a à economia. Pensando a política social na apropriação de valor, e tendo no Brasil um elemento reprodutor de racismo, patriarcado, misoginia, pela sua configuração sócio histórica, leva-se ao ideário de que a política social deve-se entender nas nuances da política econômica, onde o excedente é da burguesia.

Portanto, a elaboração e interpretação dos orçamentos públicos passam a orientar-se conforme parâmetros empresariais de custo-benefício, eficácia-inoperância, produtividade-rentabilidade, redefinindo o sistema de proteção social e da política pública, tornando-as focalizadas para a pobreza extrema e até mesmo fruto de críticas com base no ideário de meritocracia e individualidade.

Diante dessa lógica das políticas sociais em geral, a participação do Estado no processo de acumulação do capital, ocorre com o consenso das classes sociais, e configuram o desenho das políticas sociais vinculadas à condição subalterna ao Estado. Ou como diria José Paulo Netto.

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extraeconômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. (NETTO, 1992, p. 20).

Em outras palavras, dentro desse ciclo repressivo de direitos sociais, a crise é do capital, mas são os trabalhadores que pagam a conta, a luta contra a pobreza toma o lugar da luta de classes, o foco é desviado de maneira a ocultar e reprimir o sentido de classes, para que se perpetue o sistema de dominação estrutural vigente.

Contudo, as formas de apropriação da riqueza, conjugadas nessa dinâmica a partir da reestruturação produtiva, que sob o domínio do capitalismo financeiro é implementada pelos princípios liberais, garantem a extração de lucro, mesmo diante de crises e faz com que o enriquecimento de um número totalmente restrito de pessoas se dê pela exploração e empobrecimento de grandes volumes de trabalhadores, ampliando a distância entre o topo e a base da pirâmide social. A riqueza e a pobreza são vistas como normal, contudo a pobreza é criminalizada, vide a judicialização da vida e do Estado penal que se ampliaram significativamente. Passa-se a naturalização das desigualdades e fazendo com que as denúncias sobre exploração não sensibilizem a maioria, culpabilizando a pobreza ao reforçar a percepção de que a desigualdade é de origem meritocrática.

Nessas relações que são mediatizadas pelo mercado e pela produção de mercadorias (fetichismo), está a inversão da estrutura da sociedade capitalista na representação humana, o que deflagra essa alienação.

Diante deste cenário, entende-se então que a intercorrência da crise mundial e seus desdobramentos, aprofundados entre 2007-2008, demonstra que esses fenômenos não são eventuais, pelo contrário, são constitutivos do movimento do capital e impactam ofensivamente a vida da classe trabalhadora, o trabalho como atividade vital se torna fetichizado e estranhado, há a redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto, com efeitos ressonantes para toda a sociedade, a crise do capital se associa a crise da sociedade do trabalho.

Com o contexto de precarização ampliado pelo capitalismo dependente, periférico, o trabalho brasileiro no século XXI está sujeito a níveis intensos de precarização, trabalho imigrante e análogo a escravidão.

O processo de industrialização, o aumento do setor de serviços como um fenômeno mundial e a privatização de seus setores, a explosão da era digital, o capitalismo de plataforma e o trabalho intermitente, a “uberização” do trabalho, na hegemonia do neoliberalismo e financeirização, encontraram na PEC do congelamento de gastos, nas contrarreformas trabalhista e da previdência, meios de tornar o processo de proletarização e da divisão sóciosexual do trabalho algo que brutaliza as condições de vida da massa de trabalhadores e torna o trabalho com plenos direitos uma exceção e o trabalho precário, a regra.

A indústria digital, com a implementação das novas tecnologias da informação, ampliaram as formas de precarização do trabalho na era da acumulação

flexível. A tecnologia atua para a valorização do capital, reduz-se o número de trabalhadores para a ampliação da automação e robotização. As formas flexíveis e desregulamentadas de trabalho, controlado por metas, barbariza as condições às quais estão submetidos os trabalhadores.

A acumulação primitiva na era digital e o empreendedorismo ideológico, atuando na ilusão de prosperidade e desobrigando o Estado de promover políticas públicas e sociais, demonstram que a tecnologia volta-se para a valorização do capital, contudo, as relações da classe trabalhadora se complexificam cada vez mais, enquanto vai aumentando a sua fragmentação e heterogeneização.

Essa aceleração do ritmo de trabalho e ruptura das condições dignas para tal, assim como o desmonte da proteção social, vincula-se a lógica da contrapartida, negando o direito e em face desse quadro macrossocial, político e econômico que interfere no sistema de proteções e garantias que se submete historicamente com o acesso ao emprego e nas circunstâncias relacionadas a ele.

E, na marca da superfluidade, cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, espalhando-se à cata de trabalhadores parciais, temporários, sem direitos, “flexíveis”, quando não vivenciando o flagelo dos desempregados. Em pleno mito neoliberal do individualismo exacerbado, tal como a ideologia do “empreendedorismo”, presenciamos de fato um individualismo possessivo cada vez mais desprovido de posse, onde cada vez amplas parcelas de trabalhadores e trabalhadoras perdem até mesmo a possibilidade de viver da venda de sua única propriedade, a sua força de trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 17).

A relação entre trabalho e saúde são constitutivos desse processo em que se encontra o alto nível de exploração do ato laborativo nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho, refletindo em adoecimento de nível mental e físico na classe trabalhadora.

É diante desse cenário, em que o capitalismo explorador domina a subjetividade, com a consolidação do binômio flexibilização e precarização em face da perda de direitos, que se configura a nova morfologia do trabalho (Antunes, 2005) e é nesse contexto em que se inserem todas as formas de produção e reprodução da vida social, que o assistente social, como profissional assalariado inserido na divisão sócio técnica do trabalho, enfrenta, em suas contradições, aquilo que atravessa a profissão, não obstante daquilo que atravessa o trabalhador na totalidade.

O uso das tecnologias tem transformado o mundo do trabalho, acelerando a produtividade e ampliando a exploração dos trabalhadores, isto porque “o uso das

tecnologias no mundo do trabalho significa o aprofundamento da superexploração da força de trabalho e sua finalidade é criar novas formas de superação da crise estrutural do capital” (NEGRI; OLIVEIRA, 2022, p. 10).

Portanto, compreender o movimento do MPC em sua conjuntura de crise sistêmica e estrutural e seus desdobramentos para a perpetuação da extração de lucro em detrimento das condições dignas de vida para a classe trabalhadora, se faz necessário e fundamental para,

Analisar as diferentes dimensões do processo de precarização do trabalho dos assistentes sociais no contexto das redefinições do trabalho na contemporaneidade, e as novas configurações e demandas que se expressam nos espaços sócio-ocupacionais, bem como a violação de direitos a que também é submetido o profissional na condição de trabalhador assalariado. (RAICHELIS, 2011, p. 422).

O exercício profissional dos/as assistentes sociais sofrem constantemente pressão do MPC, são desafiados a aprofundar os conhecimentos sobre a complexidade da questão social e suas expressões, portanto são desafiados a apreender o movimento da realidade e suas determinações e a partir da consciência crítica, fundamentado no projeto ético-político profissional, construir estratégias que se direcionem a cidadania, a garantia de direitos e participação democrática (NEGRI; OLIVEIRA, 2022).

Os assistentes sociais atuam no campo da contradição de disputas entre as classes sociais, de maneira que, vincular-se conscientemente a classe trabalhadora e defender seus interesses e direitos, reconhecendo-se como pertencente a ela, implica em conscientizar-se de que o contexto de precarização das condições do mundo trabalho na atualidade incidem na prática profissional como um todo.

3 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E A PRODUÇÃO TEÓRICA NO SENASS

Para entender as condições de trabalho postas aos assistentes sociais, é preciso compreender a profissão enquanto categoria profissional composta de trabalhadores assalariados, inseridos na divisão sócio-técnica do trabalho, que se inscreve diante da produção e reprodução das relações sociais dentro da ordem do sistema capitalista, portanto, sujeitos às condições estruturais presentes nessa realidade.

O capitalismo, que em sua fase monopolista, é permeado pelas contradições sociais que lhe são inerentes, passa a exigir uma intervenção para a mediação dos conflitos que são intrínsecos a luta de classes. Por isso, os assistentes sociais atuam no campo das contradições quando são chamados a dar respostas para as diversas expressões da questão social.

Com relação à discussão sobre o trabalho do Assistente Social, este debate vem ganhando espaço nos últimos anos, fomentado no interior da profissão em decorrência das Diretrizes Curriculares de 1996, e, sobretudo, frente às situações vivenciadas pela classe trabalhadora e evidentemente pelos assistentes sociais pertencentes a essa classe social que na condição de trabalhadores assalariados sofrem as implicações das mudanças no chamado “mundo do trabalho. (SAMAGAIA, BAUOR, FÉRRIZ, 2015, p. 2).

As transformações do mundo do trabalho vivenciadas a partir da crise estrutural do capital impõe a massa dos trabalhadores novas formas de organização, requisições e exigências de um padrão de trabalho que otimize tempo, recursos e amplie a produtividade, levando os trabalhadores há uma polivalência em funções diversificadas, com ritmos de trabalho acelerados e condições tanto contratuais, como de garantias protetivas e de estrutura precarizadas. Assim tem sido a realidade do exercício profissional do assistente social.

Tal discussão nos remete a dois processos sócio profissionais. Em primeiro lugar, às mudanças no padrão de acumulação capitalista que, no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, introduziram novas mediações históricas no desenvolvimento da “questão social”, bem como novas formas de seu enfrentamento, seja pelo Estado ou pela sociedade, processos que atingiram o Serviço Social como uma das especialidades do trabalho na sociedade, afetando suas condições de trabalho e as demandas postas à categoria profissional. E em segundo lugar, em função da centralidade que adquire a própria questão do trabalho no interior do atual projeto ético-político construído nas últimas décadas. (IAMAMOTO, 2008 apud SAMAGAIA, BAUOR, FÉRRIZ, 2015, p. 2).

O Serviço Social então se encontra em meio a trama de relações entre as classes sociais, envolto por contradições, tensões e complexas correlações de forças, e nesse sentido deve-se guiar pelo seu projeto ético-político profissional que determina os valores e princípios que guiam a atuação profissional em direção a um projeto societário emancipador desatrelado das entranhas do capitalismo, buscando a ruptura com o pensamento conservador e assistencialista dos primórdios da profissão.

Parte-se do pressuposto de que o Serviço Social brasileiro se insere na divisão sócio-técnica do trabalho, sendo requisitado e institucionalizado historicamente a partir da massiva inserção junto às políticas sociais, respondendo à necessidade de regulação pelo Estado dos desdobramentos da acumulação capitalista, processo que, no caso brasileiro, é atravessado pelo contexto histórico colonial-imperialista e agroexportador. A consolidação de seu projeto profissional se vincula às diferentes matrizes teóricas incorporadas pelo corpo profissional e intimamente atrelado à ética de projetos societários, seja conservadores, seja de horizontes críticos, sendo estes últimos consolidados a partir da década de 1980. (WEBER, CLOSS, 2019, p. 1).

O Serviço Social brasileiro se constitui no âmbito da ação social da Igreja católica, tem em sua emergência o referencial da doutrina social da igreja, pautando-se nos valores cristãos, do ver, julgar e agir. Com o processo sócio-histórico de construção coletiva desta profissão, esta avança para uma atuação junto ao Estado, que pressionado pelas demandas da classe trabalhadora, na qual se atravessam as diferentes expressões da questão social, exige atendimento de suas necessidades. Desse modo, os profissionais passam a atuar na mediação das políticas sociais, campo de intervenção majoritário dos assistentes sociais. Este processo levou a categoria a rever sua metodologia, seus objetivos e objeto de intervenção, pautando seu exercício profissional, após um longo caminho para a renovação, na teoria social crítica. Nas décadas de 1980 e 1990, referenciados no marxismo, construiu e materializou seu projeto profissional, rompendo com o tradicionalismo profissional e buscando superar o conservadorismo que persiste até os dias atuais.

Assim, inicialmente elucida-se os referenciais referentes ao construto marxista a partir do qual o Serviço Social afirma sua crítica à ordem vigente em seu Projeto Ético-Político: um conjunto orgânico dialético que conjuga formação, produção do conhecimento, legitimidade jurídica e ética de seus profissionais, conferindo ao trabalho uma direção social emancipatória, forjada na aliança com os interesses e lutas da classe trabalhadora, evidenciando a base crítica dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos críticos do Serviço Social. (WEBER, CLOSS, 2019, p. 2).

A construção do projeto ético-político do Serviço Social tem sido a base que direciona o exercício profissional, especialmente no que concerne a compreensão da realidade social, da luta de classes, elaborando propostas que visam uma sociedade fundamentada na liberdade, na democracia, na participação popular, na garantia dos direitos, na justiça social e no enfrentamento a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação. Nesse sentido, uma das questões centrais de reflexão é reconhecer as transformações no mundo do trabalho, as implicações para a classe trabalhadora e os rebatimentos para a intervenção profissional.

Com o objetivo de apresentar reflexões sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais expostas nas produções teóricas do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social (SENASS), o estudo aqui apresentado pretende demonstrar como as transformações no mundo do trabalho diante do cenário conjuntural de crise estrutural do sistema capitalista, com particularidades devido à formação sócio-histórica do Brasil como periferia dependente, refletem nas condições de trabalho dos assistentes sociais.

As análises dos artigos decorrem da associação entre o conjunto de referências teóricas utilizadas pelas produções científicas encontradas e selecionadas nos quatro eventos do SENASS organizados pelo Departamento de Serviço Social (DSS), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e Curso de Graduação em Serviço Social (CGSS) da UFSC.

A escolha deste evento, como fonte de pesquisa, ocorreu devido sua continuidade, por ser um evento vinculado ao único Programa de Pós-graduação em Serviço Social de Universidade pública da região sul e pela centralidade do tema trabalho como escopo de discussão.

O I SENASS ocorreu em 2015, como resultado de um longo processo de reflexão sobre a necessidade de promover um evento científico permanente capaz de oportunizar a produção teórica e difusão do conhecimento no âmbito do Serviço Social, do trabalho e da política social. Neste primeiro evento contou-se com a participação de 300 pessoas, o que mobilizou o Departamento de Serviço Social e o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC a organizar os seguintes em 2017, 2019 e em 2022.

A coleta das informações e dados para a pesquisa partiu da seleção de artigos após a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, que se referissem às

categorias: condições de trabalho, precarização do trabalho, atuação profissional, autonomia relativa e desafios para o projeto ético-político.

Então, conforme exposto na introdução, no primeiro momento, do total de 649 (seiscentos e quarenta e nove) foram identificados 60 (sessenta) artigos que tratavam do tema proposto. Na segunda fase de leitura do material selecionado, após análise aprofundada no corpo dos textos, foram excluídos 16 (dezesesseis) artigos que não se articulavam com os objetivos propostos pela pesquisa, restando então 44 (quarenta e quatro) que se identificavam com os descritores categóricos que se relacionam com o tema da pesquisa.

Realizada a seleção e organização do material, destaca-se o que segue conforme tabela abaixo:

Tabela 01 - Quantidade de Artigos Produzidos sobre a Temática Pesquisada nas Edições do SENASS.

Ano	Edição	Total artigos	Artigos selecionados
2015	I SENASS	166	15
2017	II SENASS	214	11
2019	III SENASS	89	09
2022	IV SENASS	180	09
TOTAL		649	44

Fonte: Elaboração da autora (2023)

Em face desse cenário, evidencia-se que o evento de 2015, o primeiro SENASS, foi o que mais elegeu a temática das condições de trabalho dos assistentes sociais em suas publicações, porém referentes ao número total de artigos, o terceiro SENASS foi o que obteve maior porcentagem, trazendo o tema em 10% das suas publicações.

Assim sendo, o primeiro SENASS teve 9% dos artigos referentes ao tema, e o segundo SENASS e último quase empataram, tendo respectivamente 5.1% e 5% de artigos referentes ao tema. Essa baixa porcentagem, referente às produções sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, reflete a importância de ampliação do debate que trata sobre os processos e configurações de trabalho da categoria profissional.

O terceiro SENASS de 2019 foi o evento que mais tratou do tema, e suas reflexões remete ao aumento do debate, notadamente no contexto de

aprofundamento do conservadorismo e da precarização do trabalho, com o período de governo do ex presidente Jair Bolsonaro, liderança conservadora e catastrófica da extrema-direita, que promoveu uma série de agravos nas condições de vida e de trabalho da população em geral. Visto que tinha enorme desprezo pela área social, o que rebateu diretamente na atuação profissional do Serviço Social, causando insegurança e incertezas quanto às condições de trabalho para essa categoria.

Diante da análise sobre a incidência das categorias elencadas no corpo dos textos, no que se refere às **condições de trabalho** apareceram com destaque em 08 (oito) artigos nos SENASS I, II e IV e em 09 (nove) artigos no SENASS III. Em relação à **precarização do trabalho** foi identificada em 05 (cinco) artigos nos SENASS I e IV, em 08 (oito) do SENASS II e 07 (sete) do SENASS III. No que concerne à **atuação profissional** teve maior incidência, totalizando 10 (dez) artigos no SENASS I, 06 (seis) no SENASS II e 04 (quatro) nos SENASS III e IV. Quanto à **autonomia relativa** apareceu em 03 (três) artigos nos SENASS I e II e em apenas 01 (um) nos SENASS III e IV. Por fim, no que diz respeito aos **desafios para o projeto ético-político** em 02 (dois) artigos nos SENASS I e II, 03 (três) artigos no SENASS III e em 01 (um) no SENASS IV.

Dos artigos selecionados, a maioria tratava de um panorama geral sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, depois, em ordem decrescente: sobre a atuação profissional inserida na política de assistência social, na área da saúde, na educação e empatadas com apenas um em relação à política de habitação, no sociojurídico e em empresa privada. Importante destacar, que todos os artigos selecionados e analisados, partem da perspectiva teórica crítica, de acordo com as diretrizes ético-políticas do Serviço Social, todos indicavam em suas formulações que tinham como fundamento esta perspectiva teórica.

Também no universo pesquisado, além dos panoramas gerais, os artigos trouxeram pesquisas do sul ao norte do país, englobando os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí, Pará, Paraíba e Amazonas.

Cabe ressaltar, que diante das seis áreas de atuação e em todos os estados, foram identificados nos artigos em diferentes contextos, discussões quanto às alterações consequentes da crise estrutural do capital em sua fase de acumulação flexível, acarretando metamorfoses no mundo do trabalho com rebatimentos na atividade laboral do assistente social.

O assistente social é também um trabalhador assalariado, qualificado, que depende da venda de sua força de trabalho especializada para a obtenção de seus meios de vida. A objetivação dessa força de trabalho qualificada, enquanto atividade (e/ou trabalho) ocorre no âmbito de processos e relações de trabalho, organizados por seus empregadores, que detêm das condições necessárias à realização do trabalho profissional. (CAMARGO, 2015, p. 4).

Nesse contexto, a tríade flexibilização, terceirização e precarização (ANTUNES, 2005), que acarreta perda de direitos dos trabalhadores, carrega consigo uma perspectiva limitante e contraditória para os profissionais que atuam na garantia de direitos.

A condição de trabalhador coloca ao assistente social a agudização das condições de trabalho do contexto capitalista contemporâneo: de financeirização do capital, ampliação das tecnologias da informação e avanço da cultura do “gerencialismo”, centrado em tarefas avaliadas em seu desempenho e fiscalizadas pelo empregador. Além disso, a “tríade” flexibilização/precarização/terceirização avança pela fluidez da regulamentação, contratação e hierarquização do trabalho e dos direitos a ele inerentes. (WEBER, CLOSS, 2019, p. 6.).

Com esse panorama, em relação às *condições de trabalho*, os artigos analisados se relacionam também a precarização do trabalho, os autores destacam a falta de recursos humanos e materiais, terceirização do quadro profissional, flexibilização de vínculos e direitos, precárias formas de contratação, baixos salários, insegurança no emprego, redução ou ausência de direitos trabalhistas, expansão do trabalho temporário, espaços físicos e infraestrutura inadequadas, baixa qualidade na oferta de serviços, aumento intensivo do uso das tecnologias da informação, falta de capacitações, embates entre trabalhadores e gestores, entre outros. Verifica-se pelas elaborações teóricas apresentadas nos eventos que as condições de trabalho dos assistentes sociais sofrem as inflexões das transformações do mundo do trabalho.

Nesse sentido, os sujeitos atribuem condições de trabalho a elementos como: condições físicas, presença de equipe, barreiras entre gestores e trabalhadores, capacitação, o que a torna reduzida, uma vez que outros elementos compõe condições de trabalho: intensidade do trabalho, jornada, Plano de Cargos, Carreiras e Salários, entre outros. (SEMZEZEM, SILVA, JORGE, 2017, p. 7).

No que se trata dos espaços físicos inadequados e falta de recursos materiais, é constatado pela falta de itens básicos para a realização do trabalho, sendo esta realidade presente nas diferentes esferas de atuação dos profissionais afetando diretamente a intervenção dos profissionais, como expressa Silva (2015, p. 9) “a falta de estrutura física e verba para recursos materiais essenciais, como, por

exemplo, computadores, dificulta cada vez mais a intenção de uma intervenção crítica e uma análise da conjuntura junto ao usuário”.

Entende-se que, independente de seu espaço de trabalho, as condições e meios de trabalho no espaço laboral postos à disposição do profissional nos espaços institucionais, estão além do seu controle.

No que tange à *atuação profissional*, além das consequências da precarização das condições de trabalho, se inserem as alterações nas demandas de trabalho, maior ritmo e velocidade de trabalho, com maior controle e cobrança, o acúmulo de tarefas, a exigência de versatilidade e flexibilidade, a polivalência, a cobrança de atividades burocráticas que não são de sua competência e atribuição, interferência na autonomia e os desafios para a efetivação do projeto ético-político. O artigo que tem como título “Condições de trabalho do/da assistente social na política de habitação em Belém/PA”, faz reflexões a partir dos/as assistentes sociais que,

Quando questionados/as de que maneira concebem o contexto da sua atuação profissional na Secretaria, os/as três assistentes sociais vincularam esta pergunta ao quesito “desafios”, e seguidamente pontuaram: a questão de baixo contingente de profissionais da área, intensificação do trabalho, (carga horária), demandas quantitativas, falta de condições mínimas para o exercício profissional e precarização nas relações de trabalho. (SANTOS, PORTELA, BRAGA, MEDEIROS, 2019, p. 7).

Cenário esse que afeta a saúde física e mental dos trabalhadores, causando estresse e adoecimento quando estes estão sujeitos a formas precárias de condições de trabalho, além das pressões e danos morais.

Silva e Raichelis (2015) tratam das violências sofridas por trabalhadores que atuam nas políticas sociais, entre elas o assédio moral, que vêm sendo uma estratégia de despolitização e esvaziamento do potencial reivindicatório dos sujeitos. As autoras destacam que entre os aspectos das violências sofridas no âmbito do trabalho, especificamente por assistentes sociais, está o assédio perpetrado contra profissionais dada a defesa de suas atribuições e competências; pelo seu posicionamento político, filiação partidária ou sindical; por sua competência técnica ou pela defesa de princípios éticos e políticos como aqueles do Serviço Social, que em muito dialogam com aqueles trazidos pela luta de trabalhadores/as do SUAS. (FREITAS, ARAGÃO, GOMES, 2017, p. 6).

No que se trata da *autonomia relativa*, se faz necessário entender a conjuntura exposta nas condições de trabalho para se observar as possibilidades e desafios presentes no fazer profissional. Entende-se que nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que ocupam os assistentes sociais, a autonomia relativa se apresenta como um fator que influencia, na prática profissional. A correlação de forças existente nas relações trabalhistas e as disputas de projetos antagônicos refletem na capacidade dos profissionais poderem exercer, ou não, a sua autonomia.

Independente do seu caráter público, privado, ou filantrópico, as instituições também são espaços de lutas e disputas hegemônicas. Neste sentido, a hierarquia e as relações de poder aparecem para os assistentes sociais como fatores que limitam o exercício profissional e impactam direta ou indiretamente na relativa autonomia que possuem. (TABORDA, MANN, PFEIFER, 2015, p. 2).

A relação contratual existente entre os empregadores e os profissionais, institui uma relação tensionada, na medida em que as instituições apresentam suas próprias demandas, muitas vezes divergentes das demandas da população atendida e da própria profissão.

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos, assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulados. (IAMAMOTO, 2008, p. 215).

No entanto, esta condição contraditória e tensionada, não impede que através de sua relação direta com a população atendida, pautando-se no projeto ético-político que fornece possibilidade de respostas às necessidades humanas, assim como o conjunto de leis e normativas que sustentam e direcionam o exercício profissional, se construa ações balizadas pela relativa autonomia profissional. Ou seja, o trabalho do assistente social situa-se num campo de disputas e seu papel é “desentranhar da vida dos sujeitos que atende as dimensões universais e particulares que aí se concretizam como condição para transitar suas necessidades [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 221).

Sobre os *desafios para o projeto ético-político* os artigos analisados, não se diferem das outras categorias, também a precarização do trabalho reflete nas condições que os assistentes sociais encontram de consolidar a afirmação do seu projeto ético-político iluminado pelas dimensões teórico-metodológicas e ético políticas firmadas nos fundamentos da profissão. A influência conjuntural que se expressa impacta diretamente na efetivação do mesmo.

É neste contexto de princípios neoliberais que se expressam por diferentes formas de domínio e gestão da força de trabalho, de precarização, de privatização das políticas sociais, de escassos recursos financeiros para efetivação das políticas que o assistente social depara-se com numerosos desafios, desafios que alcançam a identidade profissional, seu posicionamento ético-político, e ainda, o compromisso para com a luta pelo reconhecimento e afirmação dos direitos sociais em um cenário marcado pelos desmontes. (SANTOS et al, 2019, p. 6-7).

Ainda que diante de tensionamentos e desafios, de uma relação contratual precarizada e sob a incidência direta da conjuntura do modo de produção de

acumulação flexível, o que impõe limites ao exercício profissional, é na construção coletiva do projeto profissional e a partir da consciência dos profissionais, que se elaboram respostas às necessidades humanas em direção às diretrizes e princípios do projeto ético-político do Serviço Social.

Tudo se relaciona para objetivar o exercício profissional, desde o projeto ético-político da profissão, as condições de trabalho, a precarização do trabalho, a atuação profissional direcionada aos interesses da classe trabalhadora e o exercício da autonomia, sendo esta relativa.

Vale ressaltar os desafios para o exercício profissional, com a emergência da pandemia da COVID 19 em 2020, e que alguns artigos tratam, indicando a condição limite de atuação profissional. Como podemos observar no exemplo apresentado por Vieira:

A falta de uma sala para atendimentos individuais caracteriza uma demanda do profissional em relação à execução de seu trabalho. Sem a existência desta, o profissional não dispõe de um espaço adequado para determinados atendimentos, afetando, desta forma, o exercício do sigilo profissional. (VIEIRA, 2017, p. 5).

Salienta-se que o cenário pandêmico de COVID-19 presente nas publicações do IV SENASS realizado em 2022, sete de nove artigos referem-se ao período e os desafios inerentes a ele, somados ao governo negacionista e genocida da extrema-direita, que acelerou e ampliou a precarização existente.

Os assistentes sociais, por atuarem nas políticas de saúde e assistência social, que foram consideradas essenciais, trabalharam ininterruptamente na pandemia, o que precarizou ainda mais o seu trabalho, além de incertezas e inseguranças, muitas vezes faltando até mesmo os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), básicos para a realização do ato laboral nesse contexto.

Portanto, os impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus, estão sendo e vão ser sentidos ainda por muitos anos, não somente na esfera da saúde, como também da segurança pública, assistência social, educação e a atuação dos Assistentes Sociais, diretamente inseridos no planejamento e operacionalização de políticas sociais nos diversos braços do Estado não teria como não ser impactado por todas essas transformações. (COSTA, FERREIRA 2022, p. 3).

Os textos analisados também indicam a ampliação da discussão sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), as quais se destacaram no IV SENASS, 08 (oito) de 09 (nove) artigos trouxeram os impactos para o trabalho dos assistentes sociais.

Na era da indústria 4.0, o trabalho digital atinge toda a classe trabalhadora, e o/a assistente social, como parte dessa classe, não está alheio às

transformações do mundo do trabalho, sendo a profissão permeada pela polivalência, (desespecialização), terceirização, subcontratação, queda do padrão salarial, ampliação de contrato de trabalhos temporários, intensificação do trabalho e pelo desemprego, etc. Todavia, o contexto de crise sanitária e necessidade de distanciamento social, agiliza o processo de precarização das condições de trabalho do/a assistente social através do trabalho remoto, sendo este compreendido como o trabalho que é possibilitado e intensificado pelo uso de TICs e passam a ser realizados de casa. (SANTOS, PORTELA, BRAGA, MEDEIROS, 2019, p. 6-7).

São características do trabalho em sua fase atual a implementação das TICs, porém, essa foi acelerada a partir de 2020 diante do contexto da pandemia. A precarização das relações de trabalho se aprofundaram diante desse contexto de crise econômica, social e sanitária.

No que se refere às condições de trabalho modalidade remota ou semi-presencial estabelecida nos planos de retomada gradual as (os) profissionais não obtiveram preparação, utilizando-se, em geral, de recursos próprios para a realização das atividades laborais, tais como computadores, uso de telefones celulares, assumiram os custos de ligações, de pacotes de dados da internet e/ou rede wi-fi, energia elétrica para exercerem suas funções e atenderem as demandas que eram estabelecidas. Acrescenta-se, ainda, que durante o regime de teletrabalho há estabelecimento de metas, superiores ao do trabalho presencial e, o servidor não fará jus a eventual banco de horas. Trabalhando muitas vezes uma carga horária bem maior do que a carga horária que trabalharia se estivesse em regime presencial devido às cobranças externas por estar em casa. (COSTA, FERREIRA, 2022, p.9).

Como vivemos diante desse constante processo de inovações tecnológicas, e tendo nas tecnologias um meio de efetivação do trabalho, se faz necessário problematizar o uso destas para a atividade do Serviço Social. Antes mesmo da pandemia elas já eram utilizadas pelos profissionais, porém não com tanta frequência e intensidade. O período pandêmico ressaltou a necessidade do uso mais frequente das TICs como forma de gestão do trabalho ou de comunicação.

No entanto, é preciso registrar que o uso das TICs, burocratiza o trabalho, afastando-os de seu objeto de intervenção, a qual é a população usuária, e submete os trabalhadores a níveis mais intensos de fiscalização e gerenciamento de seu trabalho, sendo mais pressionados e controlados por metas.

O trabalho do assistente social no atendimento direto aos usuários é muito subjetivo, pois perpassa o campo das relações sociais, da intimidade e da privacidade dos sujeitos, e essa dimensão da vida requer uma intervenção que não é quantificável. Porém, para lidar com a subjetividade, essa transcorre por condições objetivas, materiais, portanto a mediação do imaterial é realizada de forma material e

o aumento do controle de metas pelas TICs requer uma quantificação de um trabalho realizado, que nem sempre é tangível.

O uso intensivo das TICs reforça a exploração do trabalho, quando os profissionais são solicitados a responderem questões pertinentes ao trabalho, fora do seu horário laboral, sendo chamados a dar respostas a demandas e perdendo os limites entre tempo de trabalho, lazer ou descanso, como se expressa no artigo que trata “Das condições de trabalho dos assistentes supervisores de campo de estágio de Santa Catarina e os impactos na formação de futuros profissionais”:

Por outro lado, é assustador que 73,95% das respondentes tenham afirmado fazer uso constante de celular/computador vinculado à internet para resolver questões relacionadas ao seu trabalho, fora do horário de trabalho, pois isto demonstra que a tecnologia tem sido utilizada em favor do agrave da exploração do trabalhador, já que fora do espaço laboral, e muitas vezes atendendo repetidamente demandas pequenas ou urgentes, dificilmente este tempo de trabalho será computado para pagamento de horas extras. (GERARDI, 2019, p.10).

Além disso, é preciso se perguntar, se no contexto brasileiro, de enorme desigualdade social que aprofunda as refrações da questão social, estão os sujeitos incluídos digitalmente? Estão os usuários, que em sua maior parte se encontram em situações de vulnerabilidade e/ou risco social, aptos a utilizar essas ferramentas? Quais os desafios postos para a efetivação do projeto ético-político e da autonomia profissional diante dessas condições?

Portanto, o que se apresenta no atual contexto de transformação do mundo do trabalho é que o uso das tecnologias da informação trazem desafios aos assistentes sociais que precisam adotar estratégias para refletir criticamente sobre essas tecnologias, buscando fortalecer valores e em especial, as dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica para potencializar a articulação de ações e informações que se direcionem as demandas da classe trabalhadora. (NEGRI, OLIVIERA, 2022, P. 13).

Diante deste quadro, os assistentes sociais precisam orientar sua intervenção para a garantia do acesso universal aos direitos, superando concepções produtivistas, fortalecendo-se a partir de suas atribuições e competências e compreendendo que as tecnologias da informação devem estar a serviço da população, assim como ter a compreensão de que elas estão igualmente no campo de disputa e de contradição da realidade social. “Para a apropriação e uso das tecnologias da informação pelo Serviço Social é fundamental que a categoria mantenha posicionamento crítico, compreendendo que elas são produto do processo de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista”

(NEGRI, OLIVEIRA, 2022, p 14). Portanto, será necessária uma abordagem crítica e uma análise criteriosa de seus riscos, limites e potencialidades.

No entanto, quanto a realidade vivenciada no CREAS Ilha que motivou essa pesquisa, é pertinente colocar que a situação não difere da realidade dos outros CREAS citados nos artigos dos SENASS, ao todo, cinco (5) artigos se referiam especificamente as condições de trabalho encontradas em CREAS em Natal - Rio Grande do Norte, Picos - Piauí, Duque de Caxias – Rio de Janeiro e dois de Porto Alegre – Rio Grande do Sul e todos abordam sobre as faltas de condições físicas e materiais, insuficiência de políticas de qualificação e capacitação profissional, diferentes tipos de contratação que precarizam a atuação profissional e afastam os profissionais de seus coletivos de trabalho, além do número insuficiente de profissionais em relação à demanda. Conclui-se que então:

Os assistentes sociais não dispõem das condições necessárias para exercer suas atividades, devido o grande número de demandas e as estruturas dos locais de trabalho. Assim, no cotidiano desses profissionais, há o enfrentamento de diversos impactos decorrentes das transformações do Estado e do mundo do trabalho. Verificou-se uma precarização das relações de trabalho, com terceirização, desemprego, polivalência, além dos baixos salários ofertados. (BEZERRA, 2017, p. 8).

São muitas as formas de precarização das condições de trabalho a qual estão expostas os assistentes sociais na atualidade. Verifica-se que aqueles que têm maior estabilidade e segurança no trabalho, como no caso dos concursados públicos, ainda que estejam em situação privilegiada em relação aos contratados por meio de pregões, contratos temporários ou contratos CLT em geral, também estão sujeitos a níveis intensos de degradação do trabalho no contexto contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho de conclusão de curso desvela o cenário complexo e contraditório de precarização das condições de trabalho a qual estão sujeitos os trabalhadores, e como os assistentes sociais, como constituintes da classe trabalhadora e inseridos na divisão sócio-técnica do trabalho sofrem com os impactos desse processo. Contraditoriamente estão sujeitos profissionalmente e são demandados a intervir nas expressões da questão social que se multiplicam diante da fase monopolista do Modo de Produção Capitalista (MPC) em sua estratégia para saída da crise, da continuidade da extração de lucro, e recuperação da sua hegemonia, redesenhando-se com a acumulação flexível expandindo-se por todo o globo e conectadas com o mundo digital e como isso reflete com particularidades para os países de capitalismo dependente e periférico como no caso do Brasil.

A realidade brasileira, para além da sua localização geopolítica, contém agravantes devido ao longo período colonial escravocrata, que fragmenta, complexifica e torna a classe trabalhadora cada vez mais heterogênea. A imposição do sistema financeiro e do neoliberalismo torna o Estado um instrumento de acumulação de valor para o capital e precariza, assim como corrói a legislação protetora dos direitos, resultando em um processo de abandono social permeado pelo desemprego e pelo subemprego em suas diversas formas de precarização das condições de trabalho.

Após as conquistas da Constituição Federal de 1988, o que vinha se implementando de forma lenta no campo das políticas públicas e direitos foi se desmontando e sucateando especialmente após o golpe de 2016, com o advento da entrada do “desgoverno” ultradireitista de Jair Bolsonaro em 2018, agravando-se sob o impacto da pandemia de COVID-19 em 2020. As implementações das conquistas além de paralisadas, foram destruídas, porém é necessário ressaltar que, os problemas já existiam antes desse período, mas foram desnudados e reforçados por ele. É diante dessa conjuntura, de crise econômica e política, de reacionarismo e barbárie, de negação e regressão dos direitos, que se encontram os assistentes sociais.

Nesse sentido, reconhecem-se as importantes contribuições das produções científicas encontradas nos anais dos Seminários Nacionais de Serviço Social, Trabalho e Política Social, porém reforça-se a necessidade da ampliação do debate

sobre o tema das condições de trabalho dos assistentes sociais. Pois, considerando o posicionamento crítico da profissão assumido após o Congresso da Virada em 1979, demonstrando a intenção de ruptura com o conservadorismo e a superação do caráter filantrópico que constituiu as raízes católicas do Serviço Social, articulado com as diretrizes do Código de ética de 1993 e dos princípios do Projeto Ético-Político trata-se de um dever dos assistentes sociais dar enfoque e centralidade ao debate sobre as condições de trabalho a qual estão submetidos. Visto que enquanto área de conhecimento, as produções científicas direcionam e orientam a intervenção do trabalho e seu compromisso com a classe trabalhadora.

Observa-se nas produções, que o tema que trata das condições de trabalho dos assistentes sociais, engloba a transversalidade das categorias elencadas (condições de trabalho, precarização do trabalho, atuação profissional, autonomia relativa e desafios para o projeto ético-político) e que a conjuntura se reflete em todos os campos e espaços sócio-ocupacionais destes profissionais, independente do Estado ou da área de atuação.

As condições de trabalho precarizadas impactam em maior ou menor proporção os trabalhadores de acordo com seu tipo de contratação ou condições físicas e estruturais, porém o tema da precarização está presente de qualquer modo conforme o cenário vigente, pois é uma condição que constitui o próprio MPC.

Desse modo, a precarização do trabalho atravessa o exercício profissional dos assistentes sociais na realidade do CREAS Ilha do município de Florianópolis, em que os profissionais buscam criar estratégias de enfrentamento às condições precárias, mas sem sombra de dúvidas a oferta de programas, serviços e respostas às demandas ficam prejudicadas na qualidade dos serviços prestados à população usuária.

Ainda tem-se a tendência do trabalho dentro das esferas da implementação das novas tecnologias da informação que interpelam o fazer profissional, demandando e exigindo um perfil de profissional multifuncional e polivalente, institui o controle por metas e a burocratização das atividades, assim como o controle e fiscalização do trabalho com maior intensidade através delas.

Portanto, sendo o espaço profissional um produto histórico condicionado pela história e pelos seus agentes, o Serviço Social tem em seu projeto profissional a especificidade de atuação e sua inserção socioconstitutiva se configura na particularidade da divisão sócio sexual e técnica do trabalho, intervindo na complexa

relação entre a demanda institucional e demanda profissional, orientado pelas perspectivas teórico-metodológicas e pelo direcionamento ético-político, com a atuação voltada principalmente para o âmbito das políticas sociais, exige um profissional de perfil crítico, investigativo e que compreenda que a realidade presente deriva da questão social como produto intrínseco do capitalismo.

Posto isso, os profissionais de Serviço Social devem dispor de competência técnica, crítica-teórica, compromisso ético-político, referencial teórico-metodológico, tratamento crítico-analítico, conhecimento técnico-instrumental, referência estratégica para a ação profissional e realizar pesquisa a fim de desvendar as dimensões que interpelam a profissão a construir estratégias de resistência e enfrentamento.

Mais do que uma postura, o caráter interventivo e investigativo dos profissionais, além de ser constituinte das competências e atribuições profissionais, se faz necessário nessa relação dialética de investigar e intervir diante do contexto exposto no presente estudo.

Para tanto, a união e o fortalecimento do coletivo de profissionais em seus ambientes de trabalho, além dos demais espaços de participação democrática, é imprescindível tanto para apoio quanto para a organização e articulação para definir e reivindicar condições de trabalho dignas e justas, onde os profissionais possam atuar de maneira comprometida com a classe trabalhadora, reconhecendo-se nela, visando um projeto emancipador para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do capital, fundo público e valor. *In:* BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tomose. (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos.** 1ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEZERRA, Josinete C. Transformações do mundo do trabalho e os impactos à prática profissional do assistente social na política de assistência social em picos (PI). *In:* Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2, 2017, Florianópolis. **Anais II SENASS**, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011). **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.** Brasília: MDS, 2011.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; **Norma Operacional Básica – NOB/Suas.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

CAMARGO, Maria A. B. C. A. Crise Capitalista e Serviço Social: impactos e alternativas ao trabalho profissional. *In:* Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 1, 2015, Florianópolis. **Anais I SENASS**, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Resolução CFESS n. 493, de 21 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 14 de mar. De 2022.

COSTA, Camila B.; FERREIRA, Fernanda C. Serviço social no judiciário estadual em tempos de pandemia: reflexões ao debate. *In:* Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 4, 2022, Florianópolis. **Anais IV SENASS**, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2022.

FREITAS, Renata M.; ARAGÃO, Suelen G.; GOMES, Francidélia L. TECENDO INCONFORMISMOS: Assistência Social, trabalhadores/as do SUAS e Serviço Social. *In:* Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2, 2017, Florianópolis. **Anais II SENASS**, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2017.

GERADI, Denise A. M. As condições de trabalho dos assistentes sociais supervisores de campo de estágio de Santa Catarina e os impactos na formação de futuros profissionais: uma análise preliminar da questão. *In:* Seminário Nacional de

Serviço Social, Trabalho e Política Social, 3, 2019, Florianópolis. **Anais III SENASS**, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Introdução ao Estudo da Filosofia (1932-1933), Edição/Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 01, nº 11, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela et al. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, G. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. *In*: Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. & ENGELS, F. A ideologia alemã. Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

NEGRI, Fabiana L. **O Exercício Profissional do Assistente Social e a Precarização no Mundo do Trabalho**: ensaios sobre sua inserção no SUAS. Florianópolis, 2011. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFSC, 2011.

NEGRI, Fabiana L.; OLIVEIRA, Laíne M. O Trabalho do/a Assistente Social no Controle Social e o Uso das Tecnologias no Contexto da Pandemia. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 17, 2022. **Anais XVII ENPESS**, Rio de Janeiro: ABEPSS/UFRJ, 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 1ed. São Paulo: Cortez, 1992.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 7ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, p. 420-437, set, Cortez, 2011.

SALVADOR, Evilásio. Crise do capital e o socorro do fundo público. *In*: BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tomose. (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. 1ed. São Paulo, 2010.

SAMAGAIA, Jacqueline; BAUOR, Josimara A. D.; FÉRRIZ, Adriana F. P. O Trabalho do Assistente Social em Salvador: contribuições para o debate atual. *In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 1, 2015, Florianópolis. Anais I SENASS*, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2015.

SANTOS, Ethiene da P. A.; PORTELA, Roselene S.; BRAGA, Cilene S. C.; MEDEIROS, Leandro. Condições de trabalho do/da assistente social na política de habitação em Belém/PA: reflexões sobre os desafios postos ao cotidiano profissional. *In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 3, 2019, Florianópolis. Anais III SENASS*, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2019.

SEMZEZEM, Priscila; SILVA, Thaís G. M.; JORGE, Juliana C. Condições de Trabalho na Assistência Social: compreensões dos assistentes sociais na região de Paranavaí – PR. *In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2, 2017, Florianópolis. Anais II SENASS*, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2017.

TABORDA, Elis; MANN, Lilian S.; PFEIFER, Mariana. A autonomia relativa no exercício profissional do assistente social. *In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 1, 2015, Florianópolis. Anais I SENASS*, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2015.

VIEIRA, Kamilla C. Serviço social no futebol: reflexões acerca do trabalho do assistente social nos clubes de futebol de Santa Catarina. *In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2, 2017, Florianópolis. Anais II SENASS*, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2017.

WEBER, Bárbara; CLOSS, Thaisa. Que fundamentos para quais competências? Uma investigação junto aos assistentes sociais trabalhadores do Vale do Taquari-RS. *In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 3, 2019, Florianópolis. Anais III SENASS*, Florianópolis: PPGSS/DSS/UFSC, 2019.

Apêndice A – Incidência do uso das categorias

Ano do SENASS	Total de artigos	Atuação profissional	Autonomia relativa	Condições de trabalho	Desafios para o Projeto Ético Político	Precarização do trabalho
2015	166	10	3	8	2	5
2017	214	6	3	8	2	8
2019	89	4	1	9	3	7
2022	180	4	1	8	1	5
TOTAL DO SENASS:	649	24	8	33	8	25

Apêndice B — Categorias encontradas por títulos

ANO DO SENASS	EDIÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR(ES)	INCIDÊNCIA DO USO DAS CATEGORIAS NO CORPO DOS TEXTOS
2015	I SENASS	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL? DESAFIOS E POSSIBILIDADES?	Gois, Claudia Cristina.	Atuação profissional.
2015	I SENASS	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM PARINTINS: POR UMA PRÁTICA INTERVENTIVA E PROMOTORA DE DIREITOS	Silva, Sandra Helena da; Canto, Daniela Glória.	Atuação profissional.
2015	I SENASS	DESAFIOS DO ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DOS CREAS	Grossi, Patrícia Krieger; Coutinho, Ana Rita Costa; Bitencourt, João Vitor.	Condições de trabalho.
2015	I SENASS	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS	Semzezem, Priscila; Silva, Thaís Gaspar Mendes da.	Atuação profissional; Condições de trabalho.
2015	I SENASS	IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: REALIDADE DE MUNICÍPIO DA BAHIA	Dias, Valdete Guadalupe Marques; Santana, Vivia Santos; Santos, Jeruzia Silva dos	Atuação profissional.
2015	I SENASS	O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EM UM CRAS DE NITERÓI - RJ	Salgado, Flavia Franco	Condições de trabalho.
2015	I SENASS	ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA: A EXPERIÊNCIA NA REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO	Babiuk, Graciele Alves; Albiero, Cleci Elisa	Atuação profissional; Condições de trabalho.

		UNIBRASIL		
2015	I SENASS	SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: NOTAS SOBRE O ASSISTENTE SOCIAL ENQUANTO ASSALARIADO IMPRODUTIVO NO CONTEXTO DE AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS	Gois, Juliana Carla da Silva	Atuação profissional.
2015	I SENASS	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM SALVADOR: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE ATUAL	Samagaia, Jacqueline; Baour, Josimara Aparecida Delgado; Férriz, Adriana Freire Pereira	Atuação profissional; Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2015	I SENASS	PERSPECTIVAS IDEOCULTURAIS, TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL	Lima, Daniele Gomes de	Atuação profissional; Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2015	I SENASS	O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E SEU REFLEXO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE	Viana, Beatriz Borges; Carneiro, Kássia Karise Carvalho; Gonçalves, Claudenora Fonseca	Atuação profissional.
2015	I SENASS	O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DUQUE DE CAXIAS – RJ: RELAÇÕES DE TRABALHO A PARTIR DA PRECARIZAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS	Silva, Anna Beatriz do Nascimento e	Autonomia relativa; Precarização do trabalho.
2015	I SENASS	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS): DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA CONJUNTURA DE CRISE CONTEMPORÂNEA	Medeiros, Najara Sousa; Almeida, Bernadete de Lourdes Figueiredo de	Desafios para o projeto ético-político; Condições de trabalho.

2015	I SENASS	A AUTONOMIA RELATIVA NO EXECÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	Taborda, Elis; Mann, Lilian dos Santos; Pfeifer, Mariana	Autonomia relativa; Atuação profissional; Precarização do trabalho.
2015	I SENASS	CRISE CAPITALISTA E SERVIÇO SOCIAL: IMPACTOS E ALTERNATIVAS AO TRABALHO PROFISSIONAL	Camargo, Maria Angelina Baía De Carvalho De Almeida	Atuação profissional; Condições de trabalho.
2017	II SENASS	A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE: uma reflexão sobre o Núcleo de Apoio a Saúde da Família do município de Florianópolis.	Martini, Débora	Atuação profissional; Precarização do trabalho.
2017	II SENASS	O PASSADO PRESENTE: a política de assistência social e os rebatimentos no trabalho profissional	Moisés, Carla Carolinne Alves de Carvalho	Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2017	II SENASS	AS MÚLTIPLAS FACES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: Uma análise do Sistema Único de Assistência Social- SUAS	Ramos, Deriscleia; Goes, Karolayne; Serafim, Lisete Cristina; Lelis, Mariana; Eugenio, Josilene; Alves, Rafaelly	Atuação profissional; Autonomia relativa; Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2017	II SENASS	TECENDO INCONFORMISMOS: Assistência Social, trabalhadores/as do SUAS e Serviço Social.	Freitas, Renata Martins de; Aragão, Suelen Gurgel de; Gomes, Francidélia Lima	Autonomia relativa; Condições de trabalho; Precarização do trabalho; Desafios para o Projeto Ético Político.
2017	II SENASS	A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS EM FLORIANÓPOLIS: análise da estruturação dos CRAS no ano de 2016	Xavier, Camila Becker	Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2017	II SENASS	NOTAS SOBRE O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPAÇO	Rios, Schaianny Lima	Atuação profissional; Autonomia relativa,

		HOSPITALAR: uma experiência da residência multiprofissional		
2017	II SENASS	SERVIÇO SOCIAL NO FUTEBOL: reflexões acerca do trabalho do assistente social nos clubes de futebol de Santa Catarina	Vieira, Kamilla Campos	Atuação profissional; Condições de trabalho; Desafios para o projeto ético político.
2017	II SENASS	CONDIÇÕES DE TRABALHO NA ASSISTENCIA SOCIAL: Compreensão dos assistentes sociais da região de Paranavaí/ PR	Semzezem, Priscila; Silva, Thaís Gaspar Mendes da; Jorge, Juliana Carolina	Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2017	II SENASS	SERVIÇO SOCIAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: uma relação com a precarização profissional	Albuquerque, Walter Araújo de	Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2017	II SENASS	DESCARTABILIDADE HUMANA NO CAPITALISMO: repercussões para a intervenção profissional do Assistente Social	Bernardon, Andressa; Jacques, Luciana Gomes de Lima; Alorald, Vanelise de Paula	Atuação profissional.
2017	II SENASS	TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E OS IMPACTOS À PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PICOS (PI)	Bezerra, Josinete de Carvalho	Atuação profissional; Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2019	III SENASS	QUE FUNDAMENTOS PARA QUAIS COMPETÊNCIAS? Uma investigação junto aos assistentes sociais trabalhadores do Vale do Taquari-RS	WEBER, Bárbara; CLOSS, Thaisa	Condições de trabalho; Precarização do trabalho; Desafios para o projeto Ético Político.
2019	III SENASS	AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SUPERVISORES DE CAMPO DE ESTÁGIO DE SANTA CATARINA E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE	GERARDI, Denise Aparecida Michelute	Condições de trabalho; Precarização do trabalho.

		FUTUROS PROFISSIONAIS: Uma análise preliminar da questão		
2019	III SENASS	O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL: reflexões acerca do perfil requisitado pelo mercado de trabalho	MACIEL, Ana Lúcia Suarez; FERREIRA, Jucineide; LAMPERT, Michael Da Costa; SOUSA, Vivianne Batista Riker de	Atuação profissional; Condições de trabalho; Precarização do trabalho; Desafios para o projeto Ético Político.
2019	III SENASS	CONDIÇÕES DE TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM BELÉM/PA: reflexões sobre os desafios postos ao cotidiano profissional	SANTOS, Ethiene da Purificação dos Anjos Santos; PORTELA, Roselene de Souza; BRAGA, Cilene Sebastiana da Conceição; MEDEIROS, Leandro	Trabalho; Assistente social; Política habitacional.
2019	III SENASS	A INSERÇÃO PROFISSIONAL E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFSC	SIQUEIRA, Márcio dos Santos; SANTOS, Claudia Priscila Chupel dos; MACHADO, Mariana Pfeifer	Condições de trabalho.
2019	III SENASS	TRABALHO, SAÚDE E PROCESSO DE ADOECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA	SOUZA, Deise Regina da Silva; SILVA, Solange dos Santos	Atuação profissional; Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2019	III SENASS	AS MÚLTIPLAS FACES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: análise da rede de proteção da criança e do adolescente	Corrêa, Michele Cardoso; Gershenson, Beatriz	Autonomia relativa; Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2019	III SENASS	OS DESAFIOS CONTEMPORANEOS AO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE	Alves, Douglas Ivam; Costa, Francielle; Preuss, Lislei Teresinha; Dums, Matheus	Condições de trabalho; Precarização do trabalho.

2019	III SENASS	POLÍTICA SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: desafios teórico-práticos para o Serviço Social	Moraes, Patrícia Maccarini; Nunes, Renata	Atuação profissional; Condições de trabalho.
2022	IV SENASS	A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA.	NASCIMENTO, Uélma Alexandre do; LIRA, Terçalia Suassuna Vaz; FERREIRA, Jussara de Melo	Atuação profissional; Autonomia relativa; Precarização do trabalho.
2022	IV SENASS	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NA SEGURIDADE SOCIAL	Santos Lopes, Analú dos	Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2022	IV SENASS	A CRISE DO CAPITAL, PANDEMIA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	SILVA, Francisco Alyson de Lima Silva	Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2022	IV SENASS	AÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CAPS AD EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19	FUZINATTO, Aline Mattos	Atuação profissional; Condições de trabalho; Desafios para o Projeto Ético Político.
2022	IV SENASS	O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE	GROKOSKI, Fransinês Teresinha Swib Vaz; KRÜGER, Tânia Regina; PASSOS, Rosivane Souza dos	Atuação profissional; Condições de trabalho; Precarização do trabalho.
2022	IV SENASS	OS DESAFIOS DA TUTORIA DE SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE	SOUSA, Livia Maria Sales de; SILVA, Leid Jane Modesto da	Condições de trabalho.
2022	IV SENASS	SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO ESTADUAL EM TEMPOS DE PANDEMIA	COSTA, Camila Barbosa da; FERREIRA, Fernanda Costa	Condições de trabalho.
2022	IV SENASS	SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE	RODRIGUES, Geyzon Cosme	Condições de trabalho.

		EDUCAÇÃO	Santos	
2022	IV SENASS	O PROCESSO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO SUAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19	MERIGO, Janice	Condições de trabalho.